



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA – SIN**

PROJETO BÁSICO

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS
COMPLEMENTARES E EXECUÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA
REFORMA E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO
CAMPUS CENTRAL – COT /UFRN**

Natal/RN, março de 2014.

PROJETO BÁSICO

1. INTRODUÇÃO

A elaboração do presente Projeto Básico atende a determinação estipulada no parágrafo único do artigo 2º, c/c com o §5º do art. 8º da Lei 12.462/2011.

Tem o objetivo orientar na contratação sob o Regime de Empreitada Preço Unitário, através do Regime Diferenciado de Contratações – RDC, de empresa especializada em obras de engenharia como também fornecer a perfeita caracterização dos serviços, descrevendo-os detalhadamente e, assim, servir de base para a apresentação das propostas.

Estabelece também normas gerais e específicas, métodos de trabalho e padrões de conduta para os serviços descritos abaixo no item objeto e deve ser considerado como complementar aos demais documentos contratuais.

2. DO OBJETO

Contratação de empresa para elaboração dos projetos complementares e execução das obras/serviços de engenharia para reforma e ampliação do edifício do curso de Educação Física, no Campus Central de UFRN, constando da elaboração dos projetos executivos, execução das obras civis e de montagem eletromecânica e comissionamento, conforme o presente Projeto Básico.

3. JUSTIFICATIVA

A reforma é necessária para adaptação das atuais instalações objetivando o atendimento das exigências da FIFA durante a Copa 2014. Os espaços reformados serão utilizados durante a copa para fisioterapia e acolhimento de convidados das equipes que farão treinos nas instalações da UFRN. Posteriormente, este espaço abrigará a academia.

A contratação se dará através do Regime Diferenciado de Contratações – RDC, que por sua vez se resguarda na previsão da Lei nº. 12.462/11, regulamentada pelo Decreto 7.581/11, e aplicável, entre outros, às licitações e contratos necessários à realização de obras e serviços de engenharia no âmbito dos sistemas públicos de ensino.

O orçamento de referência da UFRN baseou-se nos custos unitários do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), e em pesquisa no Mercado Local. Na composição dos preços foram consideradas as seguintes taxas:

a) Para execução da obra:

- Lucro e Despesas Indiretas (LDI): 24,70% (vinte e quatro vírgula setenta por cento);
- Encargos Sociais (horista): 88,97% (oitenta e oito vírgula noventa e sete por cento);

- Encargos Sociais (mensalista): 50,04% (cinquenta vírgula quatro por cento);

Nota: No cálculo das composições dever ser usada a Tabela SINAPI de Encargos Sociais com desoneração da folha de pagamentos prevista na Lei nº 12.844/2013, e conforme recomendação dos Acórdãos 2293/2013, 2622/2013 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

4. DA VISITA E LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - A empresa deverá apresentar **Termo de vistoria técnica** visado pelo responsável da SIN-UFRN, conforme modelo do ANEXO do edital, comprovando que, preferencialmente, por intermédio de integrante do seu quadro de Responsáveis Técnicos, a licitante vistoriou o local onde serão realizados os serviços, bem como de que detém todos os documentos necessários (Edital e seus anexos), e de que conhece os locais onde serão executadas as obras/serviços, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos mesmos, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de serviços, até o último dia útil imediatamente anterior à data de abertura da licitação;

4.1.1 - Recomenda-se que a vistoria seja realizada por profissional devidamente registrado no CREA ou CAU e autorizado pelo responsável técnico, caso não seja o próprio responsável técnico quem realize a vistoria;

4.1.2 - O representante, credenciado pela licitante para efetuar a vistoria deverá apresentar-se à SIN-UFRN munido da declaração de responsável técnico, ou autorização do responsável técnico, bem como de documento que comprove poderes de representação (contrato social ou procuração).

4.2 - As visitas deverão ser agendadas, com um dia útil de antecedência, através do telefone **84-3215 3162 com o Arquiteto Nilberto Gomes** na Superintendência de Infraestrutura-SIN/UFRN.

4.2.1 - A licitante deverá apresentar, quando da visita ao local, a Declaração já redigida para que o servidor possa vista-la.

4.3 – Por força do Acórdão nº. 906/2012 – Plenário/TCU, caso a licitante não realize a visita técnica, **deverá apresentar**, em substituição ao atestado de visita, **declaração formal assinada pelo responsável técnico**, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

4.4 - A obra será executada no Campus Central da UFRN, Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Natal/RN.

5. ÁREA FÍSICA DA CONSTRUÇÃO

A Reforma e Ampliação tem uma área total de 465,80 m².

6. CUSTO ESTIMADO

6.1 - O Custo Estimado para a execução dos serviços de construção deste Projeto Básico é de **R\$511.594,98** (quinhentos e onze mil quinhentos e noventa e quatro reais e noventa e oito centavos).

7. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão a conta dos recursos da Esfera 1, PTRES 061436 Fonte 0112000000, Elemento de Despesas 449051.00 – Obras e Instalações, com Unidades de Custos 1138, cujos dados específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

8. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E GARANTIAS

8.1 Os serviços deverão ter prazo de execução de **60 (sessenta)** dias corridos contados a partir da assinatura do contrato.

8.2 - As solicitações de aditivo de prazo deverão ser encaminhadas com, no mínimo, 20 (vinte) dias de antecedência do término da vigência do prazo de execução da obra, sendo obrigatória a apresentação de novo cronograma físico-financeiro pela CONTRATADA.

8.3 - O prazo de garantia, contado a partir do termo de recebimento definitivo da obra, ocorrerá conforme previsto na Cláusula Vigésima da Minuta do Contrato, em anexo.

8.4 - A garantia será sempre exigida da CONTRATADA, portanto em nenhuma hipótese será admitida qualquer transferência de responsabilidade para terceiros.

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1 – As Licitantes deverão atentar para as disposições contidas no item “QUALIFICAÇÃO TÉCNICA” do Edital, comprovando a aptidão para desempenho da atividade pertinente e compatível com as obras e/ou serviços licitados:

9.1.1 – Para a comprovação da qualificação técnica, não se admitirá atestado(s) de fiscalização da execução de obras/serviços;

9.2 - QUANTO À CAPACIDADE OPERACIONAL DA LICITANTE:

COMPROVAÇÃO CONFORME ITEM "QUALIFICAÇÃO TÉCNICA" DO EDITAL	
a)	Execução de projetos executivos para fundações e estrutura, instalações hidrossanitárias, elétricas e ar condicionado para uma área mínima de 465m ² (quatrocentos e sessenta e cinco metros quadrados);
b)	Execução de 432m ² (quatrocentos e trinta e dois metros quadrados) de forro em placas de gesso acartonado, numa mesma edificação;
c)	Execução de 141m ² (cento e quarenta e um metros quadrados) de estrutura metálica para cobertura, numa mesma edificação;

9.3 - QUANTO À CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL:

COMPROVAÇÃO CONFORME ITEM "QUALIFICAÇÃO TÉCNICA" DO EDITAL	
a)	Execução de projetos executivos para fundações e estrutura, instalações hidrossanitárias, elétricas e ar condicionado para uma área mínima de 465m ² (quatrocentos e sessenta e cinco metros quadrados);
b)	Execução de prédio público, comercial ou industrial, com estrutura metálica, sem exigência de quantidade mínima;

10. ITENS CONSIDERADOS ESSENCIAIS À FUNCIONALIDADE DA OBRA/SERVIÇO

- a) 1.0 – Serviços Preliminares;
- b) 4.0 – Fundação e Estrutura;
- c) 6.0 – Instalações Elétricas;
- d) 8.0 – Esquadrias;
- e) 9.0 – Revestimentos e Acabamentos;
- f) 10.0 – Pavimentação.

11. DA VIABILIDADE TÉCNICA

11.1 - O projeto deverá ser desenvolvido de acordo com o programa de necessidades estabelecido pela administração central da instituição, que acompanhará paulatinamente as sucessivas etapas do processo projetual, que exigirão a sua aprovação;

11.2 - O projeto consistirá, portanto, em uma solução compatível com a finalidade a qual a subestação se destina e adequada às instalações já existentes;

11.3 - Por se tratar de um projeto a ser desenvolvido sob medida, considera-se desnecessário a apresentação de alternativas projetuais diversas, pois, a princípio, a proposta final deverá manter o padrão das instalações já existentes;

11.4 - O custo foi previamente orçado pela Superintendência de Infraestrutura - SIN, a partir de quantitativos levantados no estudo fornecido como Programa de Necessidades, com base no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI);

11.4.1 - Para os itens não existentes nesta referência, foram utilizadas pesquisas de mercado, adotando valores de insumos do SINAPI;

11.5 - Diante do exposto acima, consideramos que a execução do serviço supracitado apresenta viabilidade técnica para sua execução.

12. DO TRATAMENTO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1 - A execução do serviço será pautada por medidas que visem o adequado tratamento dos impactos ambientais resultantes da construção da edificação supracitada, tais como:

12.1.1 - Uso de peças metálicas, reutilizáveis e recicláveis, para o escoramento das formas da estrutura em concreto;

12.1.2 - Uso de madeira ambientalmente certificada nos elementos de suporte da cobertura, nas esquadrias e nos demais sistemas construtivos que façam uso deste material;

12.1.3 - Racionalização do processo construtivo, com vistas à redução na produção de resíduos e o uso eficiente da água e de demais matérias-primas;

12.1.4 - Adequado tratamento e descarte dos resíduos sólidos (entulho);

12.1.5 - Correta destinação dos efluentes, tanto durante a execução da obra quanto daqueles resultantes do uso da edificação depois de concluída;

13. UNIDADE FISCALIZADORA

A fiscalização dos serviços será feita pela Contratante, por intermédio da **SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA da UFRN**. Tal fiscalização deverá conferir e verificar as especificações técnicas, o cumprimento do cronograma físico-financeiro e dos projetos, além de outras funções que são essenciais para o andamento da edificação. Cabe ao fiscal averiguar diariamente a construção pela qual é responsável e, caso necessário, registrar no livro de ocorrência fatos que acredite ser de relevância.

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - A empresa CONTRATADA para a construção deverá atender as exigências contidas no Projeto Básico. Deverá, também, prestar durante a execução dos serviços, toda assistência técnica-administrativa, mantendo também no local dos serviços, todo equipamento e materiais necessários a uma execução perfeita dos serviços, desenvolvida com segurança, qualidade e dentro dos prazos estabelecidos.

14.2 - Os preços adotados pela empresa contratada deverão estar de acordo com os praticados no mercado local, neles deverão estar inclusos todas as despesas necessárias, inclusive custos com, materiais, impostos, taxas, transportes, fretes, instalações, depreciações, material, mão-de-obra,

encargos sociais e trabalhistas, instalações e quaisquer outras despesas inerentes aos serviços.

14.3 - Os serviços a serem prestados deverão obedecer rigorosamente às normas técnicas e de segurança e medicina do trabalho, vigentes para trabalhos desta natureza, utilizando-se de equipamentos e ferramentas adequados.

14.4 - A empresa CONTRATADA deverá, por ocasião da realização de serviços que envolvam instalações elétricas e serviços com eletricidade, cumprir os ditames da NR 10 - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE, mormente no que diz respeito à capacitação, habilitação, e qualificação contínuas dos seus profissionais que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade no âmbito da obra em epígrafe.

14.4.1 - A fiscalização da UFRN poderá, a qualquer tempo, exigir a comprovação da qualificação do trabalhador envolvido na obra, nos termos da NR 10, SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE.

14.5 – As atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que eventualmente envolvam a obra/serviço de engenharia contratado, e que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a *inflamáveis, explosivos ou energia elétrica*, ensejarão o pagamento de adicional periculosidade, conforme artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT.

14.5.1 - O pagamento do adicional de periculosidade fica condicionado à apresentação, pela contratada, de laudo pericial proveniente de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, conforme destaca a CLT, e a Norma Regulamentadora nº. 16 do Ministério do Trabalho e Emprego.

14.5.2 – O referido laudo deverá ser apresentado quando da execução contratual, e a sua disposição favorável à periculosidade dos serviços periciados, ensejará o pagamento de serviços extraordinários.

14.6 - As Especificações, o Memorial Descritivo, os projetos especializados e seus respectivos detalhes e as instruções da licitação, anexos ao presente Projeto Básico, ficarão fazendo parte integrante do contrato.

15. DA RESPONSABILIZAÇÃO INDIVIDUALIZADA DO PROJETO BÁSICO

15.1 - No intuito de evidenciar autorias e atribuir responsabilidades pelos elementos fornecidos no presente Projeto Básico, conforme entendimento do Acórdão nº 1.387/2006 –Plenário-TCU, destacamos abaixo os seguintes Responsáveis Técnicos:

ITEM	PROJETO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	REGISTRO CREA/CAU
15.1.1	Arquitetura	- Arquiteto Nilberto Gome	CAU 28240-5

15.1.2	Orçamento Analítico	- Engenheiro Civil Kênia Silva de Macedo	CREA 2100585509
--------	---------------------	--	--------------------

16. DOCUMENTAÇÃO DISPONIBILIZADA EM ANEXO

Projeto Básico da Subestação (Civil, Eletromecânico, Elétrico, Automação, Especificações, Planilha Analítica de Quantitativos).

Declaro que sou responsável pela Redação dada ao presente, bem como pelo agrupamento de todos os elementos técnicos acima descritos.

Natal, 24 de março de 2014.

Eng. Cristina Horie

Engenheira Civil – CREA/SP nº. 5060761519

Mat. 3342/FUNPEC

Em conformidade com o § 5º do Art. 8 da Lei 12.462 de 4 de agosto de 2011, aprovo o Projeto Básico para Licitação, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas na declaração e assinatura acima.

Eng. Gustavo Fernandes Rosado Coêlho

Superintendente de Infraestrutura da UFRN